

Invasão ou Ocupação? Oficinas de Comunicação Geram Reflexão Sobre Lugar e Não-lugar nas Cidades¹

Gabriel Pansardi Ruiz²

Alana Nogueira Volpato³

Danilo Lagoeiro⁴

Resumo

Em um ambiente de conflito urbano e luta por moradia digna, os moradores do Flores do Campo conviviam com constantes investidas da Polícia Militar (PM) e com a retratação parcial e acusatória dos meios de comunicação da cidade. Para criar uma alternativa para os moradores, foram realizadas oficinas de Comunicação Popular e Comunitária e midiativismo na ocupação. Neste artigo, analisamos como esse processo contribui para a constituição de um lugar no espaço do não-lugar. Os objetivos específicos são: a) apresentar os pressupostos teóricos que orientaram as oficinas; b) analisar as discussões realizadas sobre invasão e ocupação nas oficinas de comunicação; c) discutir como a comunicação pode contribuir para a reflexão sobre lugar e não-lugar nas ocupações urbanas. A comunicação orgânica ao grupo, construída coletivamente, de forma participativa, em favor da luta popular por moradia e considerando as estratégias de defesa do grupo, contribui para a recomposição de um lugar no não-lugar.

Palavras-chave: Comunicação Popular e Comunitária; Midiativismo; Ocupações Urbanas; Não-lugar.

Introdução

No Brasil, há aproximadamente 6,9 milhões de famílias sem casa e seis milhões de imóveis vazios, segundo reportagem da BBC Brasil⁵. Já o último estudo realizado pela Fundação João

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT- Espaço urbano, cultura da cidade e varejo, do Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cidades - COMCID, realizado no dia 04 de outubro de 2018.

² Especialista em Comunicação Popular e Comunitária (UEL), mestrando no programa de Comunicação (UEL) e docente do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Pitágoras de Londrina. E-mail: comunica.gruiz@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp – Bauru. Mestre em Comunicação, Especialista em Comunicação Popular e Comunitária e Graduada em Comunicação Social - Relações Públicas pela UEL. E-mail: alanavolpato@gmail.com

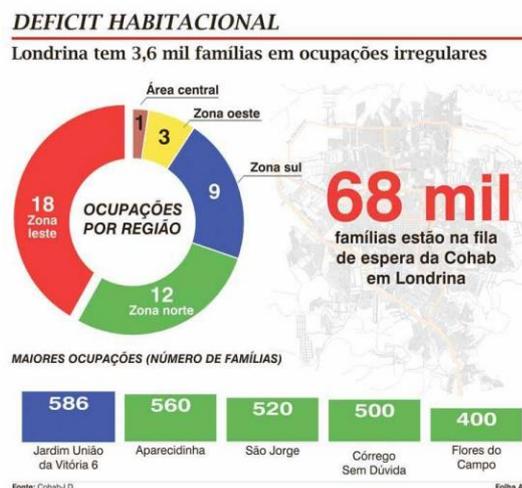
⁴ Professor do Departamento de Comunicação da UEL. Mestre em Comunicação pela UEL. Graduado em Comunicação Social – Relações Públicas pela Unesp – Bauru. E-mail: lagoeirodanilo@gmail.com

⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>. Acesso em: 17 out.2018.

Pinheiro (FJP)⁶, em 2015, aponta que há no país um déficit habitacional de 6.186.503 de unidades, o que representa 9,3% dos domicílios particulares permanentes e improvisados. A região Sul contabiliza déficit de 697 mil residências, sendo 276.709 somente no Paraná. Já dados mais atualizados, de 2017, apontados pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) em seu site⁷ estimam a carência de 350 mil unidades de moradias no estado.

Em Londrina, de acordo com aferições da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD)⁸, de março de 2018, há no município, aproximadamente 68 mil famílias cadastradas no programa, dos quais 57.204 são classificadas como sem-teto. Estima-se, porém, que a quantia seja superior, uma vez que para se cadastrar na COHAB-LD é necessário apresentar documentação que nem todo cidadão dispõe, inclusive conforme constatado, as próprias pessoas da ocupação Flores do Campo. Este apanhado de números, no entanto, não traduz como é viver sem a dignidade de ter um lar para morar.

Imagem 1 - Gráfico sobre ocupações e déficit habitacional em Londrina



Fonte: (FELIZARDO, 2017).

⁶ Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. A Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro tem elaborado, nos últimos anos, estudos sobre o déficit habitacional e a inadequação de domicílios no Brasil. O estudo do Déficit Habitacional no Brasil é realizado desde 1995 e este último volume, referente a 2015, apresenta as informações mais recentes sobre as necessidades habitacionais no país. Produzido com dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz os resultados representativos para o país, as Unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas.

⁷ Disponível em: <http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=15387>. Acesso em: 17 out.2018.

⁸ Essa informação foi repassada pela COHAB-LD por meio de um cadastro disponível no site da Companhia (RUIZ, 2018, p. 12).

O Residencial Flores do Campo localizado em Londrina - uma área onde construía-se um empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) - foi ocupado por pessoas que se reuniram e se articularam presencialmente e por meio de um grupo de conversas online (Whatsapp), de forma espontânea. As obras deste empreendimento estavam paralisadas há pelo menos dez meses, desde 2015. A ocupação do terreno ocorreu nas primeiras horas do dia 2 de outubro de 2016 a partir de uma mobilização de dezenas de pessoas. Ao amanhecer, muitas das habitações, parcialmente erguidas, foram ocupadas, demarcando historicamente o Flores do Campo como a primeira ocupação urbana de um projeto do Programa MCMV na cidade de Londrina.

Assim que o empreendimento foi ocupado, a notícia se espalhou e muitas outras famílias chegaram ao local: cidadãos que aguardam há anos na lista de espera de programas municipais de habitação; pessoas que moravam de favor em casa de parentes; debaixo de viadutos ou sob o ônus de aluguel, já “enforcados”, sem dinheiro para pagar as despesas. Os relatos sobre a situação precária em que as famílias viviam anteriormente são diversos.

Apesar de a ocupação coletiva ter sido realizada de modo combinado, algumas das casas possivelmente já estavam em processo anterior. Conforme relatos que obtivemos com os moradores e a partir de informações dispostas na petição inicial dos advogados da Caixa Econômica Federal (CEF), proprietária do terreno, que data de setembro de 2016: “foram constatadas anotações de nomes nas unidades habitacionais de prováveis invasores” (RUIZ, 2018, p. 127). Esse documento jurídico apresenta também uma série de constatações sobre atrasos nas construções e não cumprimento de prazos por parte da empresa responsável pela obra, datas de repasses de recursos, greve de funcionários contratados, uso de materiais de má qualidade, falência, entre outros dados, revelando diversas disparidades e irregularidades desde o princípio da execução do empreendimento. A problemática com empreendimentos do MCMV, aliás, não é uma exclusividade londrinense.

De acordo com Guilherme Boulos (2012) e Raquel Rolnik (2015), como os recursos do Programa eram centralizados nas mãos das empreiteiras, já na escolha dos terrenos, passando pela compra de materiais e elaboração das plantas arquitetônicas, os conjuntos habitacionais foram edificados, não sob a lógica de uma política habitacional, mas como um negócio lucrativo. Dessa forma, os locais em que as casas foram construídas continuou marginalizando a população, sem qualquer infraestrutura básica, posto que são escolhidos os bairros e pedaços de terra mais

longínquos, que oneram menos as empreiteiras, aumentando suas margens de lucros (BOULOS, 2012, p. 23). Complementarmente, o residencial Flores do Campo, gerido diretamente por meio do MCMV, segue exatamente a regra dessa cartilha: edificações de duvidosa qualidade, situado na extrema periferia da zona norte da cidade, rodeado apenas por plantações de monocultura, distante de uma zona comercial e sem equipamentos públicos básicos, como escolas, creches, postos de saúde etc.

Quando o residencial foi ocupado ainda não havia água encanada, rede de esgoto ou energia. A empresa responsável pelo projeto, Fórmula Empreendimentos Imobiliários, segundo ela mesma, teria finalizado apenas 48% da construção e a previsão inicial para a entrega datava de 2015. Diante disso, os moradores se organizaram para puxar energia, obrar encanamento de água e outras melhorias mínimas para se estabelecer no residencial. Em seguida, uma rede local de comércio e serviços se instalou, com quitanda, manicure, mercearia, bar, uma pequena creche etc e atividades diversas tocadas por apoiadores externos. Estima-se que mais de mil famílias se fixaram inicialmente, contingente que foi reduzido a partir de incertezas, ameaças de reintegração de posse e por conta das próprias condições precárias do lugar. Atualmente, afeiçoa-se, segundo lideranças da própria ocupação, que pouco mais de 100 famílias com numerosas crianças ainda resistem no Flores do Campo.

Diante deste contexto, este artigo pretende discutir como oficinas de comunicação popular e comunitária (CPC) e midiativismo podem gerar uma reflexão sobre lugar e não-lugar nas cidades a partir da disputa de sentido sobre as ocupações urbanas, pelo uso dos termos invasão ou ocupação. Para isso, recorreremos às experiências de comunicação desenvolvidas na Ocupação Flores do Campo, localizada em Londrina (PR), por um grupo interdisciplinar de estudantes, pesquisadores e militantes de movimentos sociais de Londrina.

O grupo realizou nove oficinas de CPC e midiativismo com os moradores da ocupação, entre os meses de julho e dezembro de 2017. A reflexão desenvolvida neste relato será concentrada, sobretudo, na primeira oficina, que abordou a forma como a mídia se referia ao Flores do Campo.

Os objetivos específicos são: a) apresentar os pressupostos de CPC e midiativismo que orientaram as oficinas; b) analisar as discussões realizadas sobre invasão e ocupação na oficina de comunicação; c) discutir como a comunicação pode contribuir para a reflexão sobre lugar e não-lugar nas ocupações urbanas.

Pressupostos da Comunicação Popular e Comunitária e do Midiativismo

Como em outros ambientes de conflito urbano e luta por moradia digna, os moradores do Flores do Campo conviviam com constantes investidas da Polícia Militar (PM) e com a retratação parcial e acusatória dos meios de comunicação da cidade. Na maior parte das vezes, a depender da mídia hegemônica, as ocupações podem se transformar em um lugar-não-lugar, invisibilizado do ponto de vista de sua representação e do debate necessário em torno de políticas urbanas de habitação e déficit habitacional. São assuntos que costumam passar à margem dos noticiários, ocultando raízes da questão habitacional cidadina.

Assim, com o intuito de criar uma alternativa para os moradores se comunicarem a partir de suas próprias impressões e como uma voz da ocupação, um grupo interdisciplinar⁹ realizou oficinas de comunicação orientadas pelos princípios da comunicação popular e comunitária, desde o princípio, com a ideia de construir um canal contra-hegemônico que pudesse ecoar a opinião do povo da ocupação. Isso porque uma das particularidades principais, tanto de acordo com Miani (2011), como para Raquel Paiva (2007, p.137), é que a comunicação comunitária constitui-se como uma “força contra-hegemônica no campo comunicacional”.

Inserida em um contexto político-econômico, social e cultural, a comunicação comunitária pode ser considerada também uma “comunicação de resistência” (MIANI, 2011). Outra característica de tal modalidade comunicativa é como ela se diferencia das “fôrmas” operacionais da mídia tradicional. Os meios de comunicação de massa hegemônicos parecem cumprir papel permanente de reforçar estilos de vida e valores políticos e ideológicos do modelo capitalista vigente, daí também a sua importância, uma vez que as mídias comunitárias:

Tem um caráter público civil, portanto não governamental e não empresarial. Suas especificidades são percebidas em múltiplos fatores, tais como na linha político-ideológica (crítica e propositiva); nos modos de organização (de base popular, coletiva, feita em espaços, por vezes, privados, como na casa de militantes); na ligação com as organizações civis sem finalidade lucrativa); nas estratégias de produção/ação (colaborativa, com vínculo local,

⁹ Grupo composto pelo primeiro autor deste trabalho, em conjunto com integrantes do Movimento dos Artistas de Rua de Londrina (MARL) e Observatório Microvetorial de Políticas Públicas e Educação em Saúde – UEL/Londrina. No total, oito pessoas, além dos moradores da ocupação participaram das atividades.

participação ativa e liberdade de expressão, uso mobilizador); e na proposta editorial (tanto pelo enfoque dado aos conteúdos como pelos assuntos abordados) (PERUZZO, 2011, p. 84).

Assim, este tipo comunicacional subverte “alguns dos pressupostos objetivos e subjetivos do ‘fazer comunicação’” (MIANI, 2011, p. 231), implementando valores que se diferenciam da esfera mercantil da produção tradicional. Também por esse motivo “possibilita uma melhor compreensão dos indivíduos sobre sua realidade concreta e, conseqüentemente, maior autonomia e consciência na proposição de ações [...]” (MIANI, 2011, p. 229).

A comunicação popular e comunitária, portanto, é uma vertente comunicacional produzida no interior de uma comunidade e de acordo com sua própria realidade, suas pautas, sua identidade (PERUZZO, 2011), de forma participativa, podendo construir uma nova sociabilidade, representando as demandas das classes populares (MIANI, 2011).

Ao mesmo tempo em que era preciso desenvolver uma comunicação pautada nesses pressupostos, o clima de insegurança criado pela presença da PM, as abordagens negativas da mídia e o descaso do poder público exigiam uma comunicação midiativista. A estética dessa comunicação é marcada, muitas vezes, pelo uso de ação direta (como manifestações em espaços públicos) e transmissões ao vivo (BENTES, 2015).

Destacamos uma possível síntese de proposta conceitual, apontada por Braighi e Câmara (2018, p. 36)

Midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso, por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa.

Observando esta condensação conceitual, a incursão em uma área de conflito urbano latente que é o Flores do Campo, bem como a realização das oficinas de comunicação, podemos indicar duas características fundamentais que nos foram caras: “empreender resistência” e o “marcar presença”.

Por “marcar presença” Braighi e Câmara (2018) entendem a participação direta do sujeito num protesto, evento ou outra atividade, encarregando-se, simultaneamente, da função de registrar ao mesmo tempo em que demarca a existência da ação em si. Tal aspecto erigiu em algumas oportunidades enquanto as oficinas de comunicação no Flores do Campo estavam em curso,

colocando em evidência não só o território ocupado, como desnudando imagens e dados sobre o povo e a própria ocupação em si, a partir de um ângulo incomum em relação à imprensa local.

O caráter de “resistência” do midiativismo, diz respeito a como tais emissões, em tempo real ou não, auxiliam como estrutura de segurança e de defesa aos manifestantes em um protesto com a presença policial, ou os sem-teto-ocupantes, no nosso caso. Como uma espécie de escudo, as câmeras dos dispositivos móveis (celulares ou *smartphones*) funcionam enquanto artefato de defesa para espionar, observar, gravar e até mesmo inibir uma incursão policial violenta. Introduzidas sistematicamente e de sobremaneira pelos midiativistas, essas práticas de filmar a polícia são chamadas de *Copwatch* e ajudam no “[...] ato de vigiar os vigilantes com fotografias e transmissões on-line que expõe e monitoram a polícia. Uma prática que ultrapassa a função jornalística, alheia aos desdobramentos da notícia” (BENTES, 2015, p. 51).

Sobre comunicação e (não)lugares

É no aspecto desalienante da comunicação comunitária que reside a relação com os lugares e não-lugares, como propostos por Augé (1994). Em comparação com os lugares antropológicos, que são relacionais, identitários e históricos, o autor define os não-lugares, espaços muito variados, como supermercados, aeroportos, hotéis, estradas e, até mesmo, ocupações urbanas, que tem como característica comum serem espaços transitórios, espaços de fluxo e de não permanência. Essa mudança nos espaços levaria a uma mudança, também, das relações sociais, em

Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece), [...] um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero [...]. (AUGÉ, 1994, p. 73).

Para Augé (1994), os processos simbólicos construídos por grupos sociais sempre estiveram ligados aos espaços da vida cotidiana e, por isso, uma mudança nos espaços leva, também, a uma mudança na formação da identidade. As ocupações urbanas, como espaços de luta por permanência,



mas também de instabilidade e incerteza, são permeadas pela transitoriedade. Um espaço de pessoas em trânsito se torna um espaço de ninguém.

A não permanência afeta a construção da identidade, memória e história do espaço e dos grupos que por ele passam, já que “a atualidade e a urgência do momento reinam” nos não-lugares (AUGÉ, 1994, p. 95). Assim, a construção desses espaços está relacionada com a forma como são vividos. “A pergunta que parece estar sempre subjacente ao pensamento de Augé é saber de que forma os ‘não-lugares’ podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade, prevalecendo agora apenas o indivíduo ‘solitário’” (SÁ, 2014, p. 211).

No entanto, Augé (1994) explica que os espaços nunca estão definidos de forma absoluta. Na vida cotidiana, os não-lugares são reconfigurados a partir das relações que se estabelecem neles, das trocas simbólicas de grupos, da construção de identidades coletivas e da memória dos grupos sociais que ali permanecem, constituindo-se como lugares. A relação com o midiativismo com os espaços, nesse sentido, nos parece evidente, pois trata, justamente, da comunicação utilizada em defesa da permanência em um espaço comum. Um não-lugar diante da imposição de transitoriedade e a ameaça constante de remoção dos moradores, que lutam pelo direito não apenas da habitação, mas da constituição de um lugar.

Em outra perspectiva, se entendemos o potencial da comunicação comunitária para ampliar a consciência dos indivíduos sobre sua realidade concreta, por meio de processos participativos e coletivos, que implicam a construção de relações para a criação de uma comunidade, podemos perceber que esse processo contribui para transformar não-lugares em lugares.

Quando um determinado grupo social se articula e age politicamente para se constituir como comunidade, o que se vislumbra é a possibilidade de ‘construção’ de uma ‘sociabilidade possível’ e compatível com as características específicas desse grupo, desde que procurando romper com as condições de alienação impostas pela lógica mercantilista e massificadora que impera na forma como as relações sociais se configuram numa sociedade capitalista. As características e determinações dessa sociabilidade não necessariamente já teriam sido praticadas anteriormente pelos integrantes do grupo, mas seriam aquelas que, a partir das condições concretas vivenciadas pelos seus sujeitos, pudessem proporcionar uma aproximação entre os envolvidos, a ponto de desenvolver um sentimento de pertencimento, e que estivessem voltadas para o estabelecimento de novos valores ético-políticos, valores esses que se apresentam como realidade inédita para a absoluta maioria dos grupos. (MIANI, 2011, p. 226).



COMCID

ENCONTRO DE PESQUISADORES
EM COMUNICAÇÃO E CIDADES

Nesse sentido, a construção de uma sociabilidade inerente a um determinado grupo, que valoriza as subjetividades de cada um por meio de práticas participativas, em que os indivíduos se sentem pertencentes ao grupo, permite uma leitura por parte desses sujeitos sobre seu lugar no mundo (MIANI, 2011). A desalienação, portanto, está vinculada à criação de uma identidade coletiva e de uma sociabilidade que se estabelece no interior de uma comunidade, e implica a transformação de não-lugares em lugares.

A relação com o midiativismo nos parece mais evidente, pois trata, justamente, da comunicação utilizada em defesa da permanência em um espaço comum. Um não-lugar diante da imposição de transitoriedade e a ameaça constante de remoção dos moradores, que lutam pelo direito não apenas da habitação, mas da constituição de um lugar.

Oficinas participativas de comunicação popular e comunitária e midiativismo na ocupação Flores do Campo

Optamos por combinar essas duas modalidades de comunicação por compreender que ambas poderiam fortalecer a elaboração de contra-narrativas, apresentar visões plurais sobre a ocupação urbana (e assuntos correlatos) e, ao mesmo tempo, criar condições para que os moradores e moradoras se municiassem de informações fazendo frente à hegemonia da imprensa local. Dentro do período em que as oficinas foram desenvolvidas - entre julho e dezembro de 2017 - foi possível criar um canal comunicativo do Flores do Campo, que cumpriu o papel de, entre outros, apresentar posições oficiais da ocupação sobre temas sensíveis, registrar ações e atividades da comunidade e promover convocações em momentos em que moradores sofriam algum tipo de ameaça.

COMCID

ENCONTRO DE PESQUISADORES
EM COMUNICAÇÃO E CIDADES
UEL - 2018

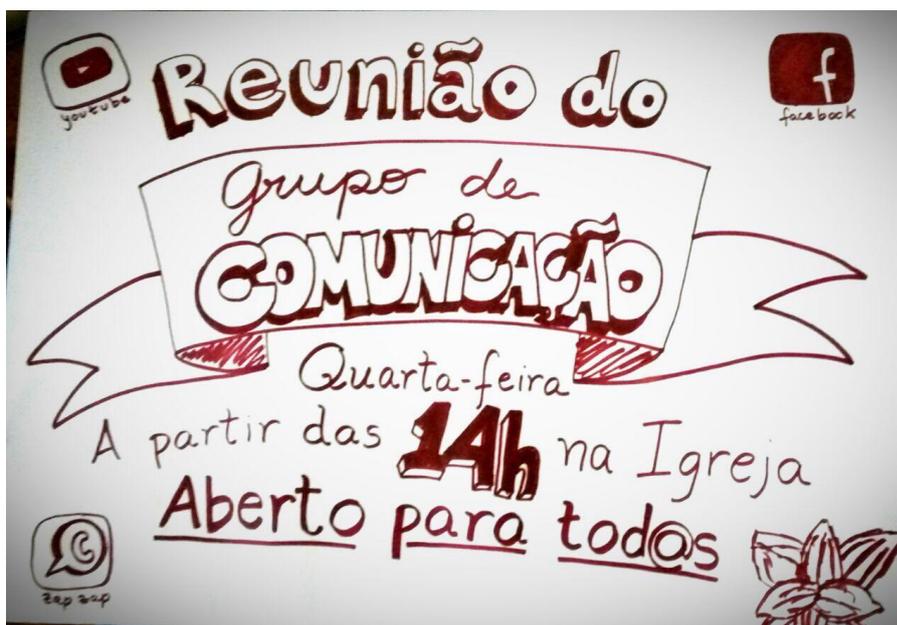


Imagem 2 - Registro de uma das oficinas no interior do barracão da ocupação



Fonte: Grupo de comunicação Flores do Campo (ago/2017)

Imagem 3 - Um dos cartazes de divulgação das oficinas veiculado nas ruas da ocupação



Fonte: Grupo de comunicação Flores do Campo (ago/2017).

Afinal, é invasão ou ocupação que fala?

Levando em consideração os aspectos relatados anteriormente, a primeira oficina de comunicação foi realizada no dia 27 de julho de 2017, no interior da ocupação, em um espaço coberto reservado para reuniões, festejos e atividades diversas. O encontro iniciou com a exibição, em um projetor, propositalmente algumas das reportagens de TVs locais tidas por nós como as mais reacionárias sobre a ocupação, que poderiam levantar questionamentos dos moradores. Obteve-se o resultado esperado: menos de dez minutos de exibições, cerca de duas reportagens, as primeiras manifestações indignadas vieram. Essa situação nos permitiu florescer provocações coletivas como, por exemplo, por que que a mídia trata os moradores dessa maneira? Quem vocês acham que são donos desses veículos? Por que não nos sentimos representados nas matérias?

Ainda no decorrer das discussões, uma das moradoras opina usando a expressão “invasão”, ao se referir ao FDC. Tencionou-se, então, qual expressão seria mais apropriada: invasão ou ocupação para se referir aos moradores e ao Flores do Campo? Correu um debate intenso, demorado e, após diversas opiniões, não fomos capazes, coletivamente, de cravar uma opinião unânime.

Diante do impasse, sugerimos mostrar pela projeção o entendimento de Guilherme Boulos (2012), mas a partir do vídeo “Por que ocupamos?”¹⁰, que evidencia a forma como movimentos de moradia se organizam e quem são as pessoas que ocupam terrenos e montam barracos. É algo muito próximo à realidade do Flores. No livro de nome homônimo ao vídeo, Boulos (2012, p. 42) reflete: “Será que é a mesma coisa ocupar a casa de alguém ou um grande terreno vazio, usado para a especulação imobiliária? Pensamos que não”. O autor considera que as pessoas que se fixam nesses terrenos, não são invasoras: estão, na verdade, reivindicando os seus direitos e pressionando para que a propriedade cumpra função social.

¹⁰ Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H8-O2_JuILo. Acesso em: 17 out. 2018.

Uma invasão, para Boulos, são as “malandragens” executadas com o objetivo de grilar¹¹ e roubar as terras públicas:

Se olharmos a história, veremos que os invasores foram os grandes proprietários. E que, não satisfeitos com o saque às terras públicas, continuam hoje fazendo acordos com os governos para usar mais recursos públicos em seu favor. Quando os sem-teto ou os sem-terra ocupam uma grande área vazia não estão fazendo mais do que tomar de volta o que é seu (BOULOS, 2012, p. 44).

Após essa primeira discussão sobre a temática, houve uma identificação mútua e combinamos então, a partir dali, adotar tanto a nomenclatura “ocupação” para se referir ao FDC, como o verbo “ocupar”. No entanto, até em função da alta rotatividade das pessoas nos encontros, o conflito entre os termos tornou a aparecer posteriormente. Ao final da segunda oficina, que tratava sobre a concentração midiática do país e as fontes de informação dos moradores da ocupação, uma das moradoras levantou a necessidade de criar um veículo de comunicação do Flores.

Diante dessa sugestão, surgiram diálogos e dúvidas: quem criaria a página? Que tipo de informações seriam veiculadas? Seria esse o meio mais apropriado? A ideia serviu para pautar as diretrizes do próximo encontro. Moradores sugeriram que o grupo de facilitadores de comunicação criasse a página para que, na próxima oficina, todos pudessem participar da elaboração das informações básicas, como nome, foto, descrição, entre outros.

Na terceira oficina, durante o processo de confecção da página do Facebook do Flores do Campo, a escolha de qual seria o nome, trouxe dúvidas. O debate em torno de qual deveria ser o nome da página é relatado por Cavalcante (2018, p. 73) em seu trabalho sobre as oficinas no Flores:

Em uma primeira votação ganhou o nome Bairro Flores do Campo, o argumento que sustentavam é de que não queriam dar enfoque para a carga de ilegalidade contida nas palavras ocupação e invasão. Então nós propusemos uma análise do porquê de cada nome e qual a sua relação com a realidade dos moradores. As opções Jardim e Residencial foram logo descartadas por eles, pois consideraram ‘*nome de condomínio de luxo*’. A moradora Fernanda disse: ‘*Bairro pra mim é um lugar que tem ônibus, que tem água, luz, coleta de lixo, aqui não tem nada disso. Quando tiver aí vai ser um bairro. Por enquanto é ocupação*’. Depois apresentamos o conceito utilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de

¹¹ A grilagem foi um mecanismo muito usado – e é ainda hoje em algumas regiões do país – para os ricos invadirem e se apropriarem de terras públicas. Funciona assim: produzem uma certidão de propriedade falsificada, atestando que tal família é dona de um grande pedaço de terra; depois, deixam esta certidão numa caixa com grilos; após algum tempo, retiram o papel, que tinha um aspecto envelhecido (por conta da ação dos grilos). E, com isso, dizem ser uma certidão muito antiga e verdadeira (BOULOS, 2012, p. 43).

Acampamento, para denominar a situação de incerteza da permanência na terra e Assentamento, para o estado de permanência garantido por lei. A partir desse momento os moradores passaram a argumentar a favor do termo ocupação. O morador Gabriel, de 16 anos, acrescentou sua opinião, *'Acho melhor ocupação, porque as pessoas vão procurar assim. Um dia eu fui procurar e digitei ocupação, quer dizer... procurei invasão mesmo'*.

Percebemos que esse processo de nomeação da página no Facebook cria um espaço de reflexão sobre a identidade do grupo social que compartilha esse espaço, sobre as condições de moradia e os significados das palavras que poderiam definir essa realidade. Instaura-se, portanto, uma reflexão sobre o lugar que os moradores ocupam no mundo. Esse processo de formatação mostrou-se rico, uma vez que concebeu uma identidade entre os moradores e foi totalmente moldado por suas ideias e falas.

Considerações Finais

O processo das oficinas, de discutir sobre a representação midiática do Flores do Campo nos veículos de comunicação da cidade, acompanhado de uma reflexão sobre os interesses econômicos e políticos que permeiam esses discursos, cria uma oportunidade de análise dessa realidade social pelos moradores. O esforço para identificar qual seria a imagem que de fato representa o Flores do Campo na visão das diversas vozes que compõem esse grupo, nas reflexões sobre como a mídia se refere à ocupação e como eles mesmos pretendem nomear seu próprio veículo de comunicação, por meio de práticas participativas, contribui para a criação de uma identidade coletiva e um sentimento de pertença, características da Comunicação Popular e Comunitária.

Por outro lado, as condições concretas nas quais as oficinas aconteciam, em um cenário de ameaça policial e possibilidade constante de mudança para outro espaço, o que implicaria abandonar, mais uma vez, tudo que os moradores já haviam construído no Flores, entre estrutura residencial e relações afetivas, memória e identidade, exigiu uma comunicação com caráter imediato, que atendesse às mudanças do contexto e contribuísse para a defesa dos moradores - uma comunicação midiativista.

Em um contexto de produção de não-lugares, aqueles não históricos, não identitários, não relacionais, os processos de comunicação popular e comunitária, enquanto prática social, exigem uma reflexão sobre o lugar dos sujeitos no mundo. A partir do tensionamento sobre as representações

midiáticas dos moradores e da ocupação, materializadas na palavra invasão, e das possibilidades de uma comunicação orgânica ao grupo, construída coletivamente, de forma participativa, em favor da luta popular por moradia e considerando as estratégias de defesa do grupo, materializados na palavra ocupação, a comunicação contribui para a recomposição de um lugar no não-lugar.

Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão**: estéticas da comunicação e biopolíticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2012.
- BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.
- CAVALCANTE, Lila Miranda. **Olhares da ocupação por moradia**: análise do processo formativo do Grupo de Comunicação do Flores do Campo. 2018. 133. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo. Centro de Educação Comunicação e Artes. Universidade Estadual de Londrina, 2018.
- FELIZARDO, Celso. **LUTA POR TETO - Londrina tem 3.600 famílias em ocupações irregulares**. 2017. Reportagem elaborada para Folha de Londrina. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/luta-por-teto-londrina-tem-3-600-familias-em-ocupacoes-irregulares-989616.html>>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- MIANI, Rozinaldo. Os pressupostos teóricos da comunicação e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p.221-223, dez. 2011.
- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cicília M. K. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. In: **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, 2011.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RUIZ, Gabriel Pansardi. **A comunicação popular e comunitária e o midiativismo em ação em uma ocupação urbana**: a ocupação Flores do Campo – Londrina (PR). 142. Trabalho de Monografia de Pós Graduação em Comunicação Popular e Comunitária – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- SÁ, Tereza. Lugares e não-lugares em Marc Augé. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 209-229, 2014.